

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá + **1,00 (um ponto positivo)**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá - **1,00 (um ponto negativo)**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 14.

1 O cuidado com o meio ambiente é um desafio
a ser abraçado por todos os setores produtivos da
sociedade e é impossível conceber a ideia de proteção
4 ambiental sem considerar absoluta a prioridade à
sobrevivência humana e à perpetuação do ser humano
no Planeta.

7 Por esse enfoque, engenharia e atenção ao
meio ambiente são atividades intimamente relacionadas:
enquanto a primeira se utiliza de recursos naturais
10 para promover o aumento da qualidade de vida do ser
humano, a segunda busca a preservação desses mesmos
recursos naturais com vistas a permitir a perpetuação
13 desses recursos e da própria vida humana. Em última
análise, ambas protegem o ser humano e garantem
sua qualidade de vida na Terra de forma sustentável
16 e permanente.

Hoje já se sabe que a corrida pelo
desenvolvimento desenfreado e sem planejamento
19 implica a perda da qualidade de vida almejada por todos,
ao gerar poluição atmosférica, ruído, contaminação
do solo, rios, mares, entre outros impactos ambientais
22 que afetam profundamente a sociedade. A luta pela
sustentabilidade no Planeta tem, portanto, um enorme
desafio no século 21: o enfrentamento da mudança
25 climática global, que exigirá muita engenharia, tanto
na melhoria das infraestruturas quanto nas ações de
controle ambiental. Todos os setores da economia
28 dependem, em maior ou menor grau de profundidade,
da engenharia e a ideia de sustentabilidade, que envolve
fundamentalmente a defesa do meio ambiente, deve,
31 obrigatoriamente, permear todas as atividades humanas
e sociais, de forma transversal.

O foco principal desse esforço é contribuir com
34 o desenvolvimento nacional sustentável. O Brasil tem,
atualmente, uma enorme necessidade de obras de
infraestrutura que permitam o crescimento nacional. É
37 necessário ampliar e modernizar os sistemas portuário,
aeroportuário, ferroviário, hidroviário e rodoviário, além
dos sistemas de armazenagem de produtos agrícolas, de
40 modo a torná-los mais eficientes. Entretanto, essas obras
não podem ser feitas a qualquer custo, sobrecarregando
ou delegando para segundo plano o equilíbrio do
43 meio ambiente.

Internet: <Institutodeengenharia.org.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e às suas ideias, julgue os itens
de 1 a 3.

- 1 No texto, que se caracteriza como dissertativo-argumentativo, o autor defende uma engenharia voltada para o desenvolvimento nacional sustentável.
- 2 A partir da leitura do primeiro parágrafo do texto, é correto inferir que o cuidado com o meio ambiente ainda não é uma realidade em todos os setores produtivos da sociedade.
- 3 De acordo com o texto, a ideia de proteção ambiental deve estar, primordialmente, relacionada à sobrevivência da espécie humana e de sua perpetuação no Planeta.

A respeito dos aspectos linguísticos do texto, julgue os itens de 4 a 14.

- 4 Estariam mantidos os sentidos do texto e sua correção gramatical caso a forma verbal “considerar” (linha 4) fosse substituída pelo segmento **que se considere**.
- 5 Na linha 4 do texto, o termo “absoluta”, que é classificado gramaticalmente como adjetivo, está sendo empregado como atributo de prioridade.
- 6 Considerando a forma de estruturação do segundo parágrafo do texto, é correto afirmar que o vocábulo “ambas” (linha 14) retoma, por coesão, os termos “preservação” e “perpetuação”.
- 7 No trecho “permitir a perpetuação” (linha 12), o emprego do acento indicativo de crase no “a” que antecede o vocábulo “perpetuação” é facultativo, dado o contexto sintático em questão.

- 8 Estaria mantida a relação de sentido estabelecida entre os dois primeiros períodos do terceiro parágrafo do texto, caso o vocábulo “portanto” (linha 23) fosse substituído por **pois**.
- 9 Estariam mantidas a correção gramatical e a clareza das ideias do texto, caso o trecho “no século 21” (linha 24) fosse reescrito como **nesse século**.
- 10 A supressão das vírgulas que isolam a oração introduzida pelo vocábulo “que” (linhas 29 e 30) manteria a correção gramatical do texto, mas o sentido atribuído, no período, à “ideia de sustentabilidade” seria alterado.
- 11 Estariam preservadas a correção gramatical e a coerência textual, caso o segundo período do último parágrafo fosse, assim, reescrito: **No Brasil atual, há enorme carência de obras de infraestrutura impõem que se favoreça o crescimento nacional**.
- 12 No início do terceiro parágrafo do texto, o vocábulo “se” (linha 17) tem sentido reflexivo.
- 13 No segmento “Todos os setores da economia” (linha 27), a supressão do vocábulo “os” manteria a correção gramatical do texto, mas alteraria o sentido da expressão “setores da economia”, que adquiriria sentido genérico no período.
- 14 Estariam mantidos os sentidos e a correção gramatical do texto, se o termo “obrigatoriamente” (linha 31) fosse deslocado, com as vírgulas que o isolam, para imediatamente depois da palavra “forma” (linha 32).

Considerando a correção gramatical do trecho apresentado e a adequação da linguagem à correspondência oficial, julgue o item 15.

- 15 Esclareço que, em minha opinião pessoal, não há razão para o acolhimento da reclamação ora apresentada a esta Comissão de Ética, recomendando-se, portanto, o arquivamento do processo.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos de *hardware*, do programa Microsoft Excel 2013 e do sistema operacional Windows 8, julgue os itens de 16 a 20.

- 16 O HDD (*Hard Disk Drive*) é o dispositivo interno do computador que tem como função armazenar somente os programas que são executados em segundo plano, já que os dados são armazenados na memória ROM.
- 17 A placa de rede permite a conexão do computador a uma rede, seja ela por cabo ou sem fio.
- 18 No Excel 2013, a função ÍNDICE é utilizada, geralmente, para contar o número de células preenchidas em uma coluna específica.
- 19 A função PROCV, no Excel 2013, é utilizada, exclusivamente, para somar valores de uma coluna.
- 20 O visualizador nativo de fotos do Windows 8 é considerado um recurso simples de ser utilizado pelos usuários desse sistema operacional.

Quanto ao programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais atual, aos conceitos de arquivos e às noções de vírus, *worms* e pragas virtuais, julgue os itens de 21 a 25.

- 21 O Google Chrome permite que o usuário navegue na Internet alternando entre janelas anônimas e normais.
- 22 O Google Chrome aceita que o usuário possa realizar determinadas ações sobre os *cookies*, como, por exemplo, permiti-los e removê-los.
- 23 Um arquivo é caracterizado, além de seu conteúdo, por seus atributos ou metadados.
- 24 *Ransomware* é o tipo de praga virtual que se resume em publicar anúncios maliciosos que distribuem *malware* ao explorar vulnerabilidades em navegadores ou *plugins*, quando um usuário clica neles.
- 25 *Keylogger* é uma praga virtual definida como uma rede de computadores infectados, controlados remotamente por um atacante para realizar atividades maliciosas.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando a Lei n.º 6.496/1977, que trata da instituição da anotação de responsabilidade técnica (ART) na prestação de serviços de engenharia, que regula a mútua de assistência profissional e que dá outras providências, julgue os itens de **26 a 35**.

- 26** Os contratos verbais para a execução de obras ou serviços profissionais referentes à engenharia, à arquitetura e à agronomia não exigem ART.
- 27** A falta da ART sujeitará o profissional ou a empresa a sanções éticas, mas não autoriza a aplicação de multas.
- 28** A mútua, vinculada diretamente ao Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), tem personalidade jurídica e patrimônio próprios, sede em Brasília e representações junto aos Conselhos Regionais de Engenharia e Arquitetura (CREAs).
- 29** O Regimento da mútua determinará as modalidades da indicação e as funções de cada membro da diretoria executiva, bem como o modo de substituição, em seus impedimentos e faltas, cabendo aos CREAs a indicação do diretor-presidente e cabendo aos outros diretores a escolha, entre si, dos ocupantes das demais funções.
- 30** Os mandatos da diretoria executiva da mútua terão duração de cinco anos, sendo gratuito o exercício das funções correspondentes.
- 31** O patrimônio da mútua será aplicado em títulos do governo federal e dos governos estaduais ou por eles garantidos, em carteiras de poupança, garantidas pelo Banco Nacional da Habitação, em obrigações do Tesouro Nacional, em imóveis e em outras aplicações facultadas por lei, para órgãos da mesma natureza.
- 32** A inscrição na mútua é pessoal e independente de inscrição profissional e os benefícios só poderão ser pagos após decorrido um ano do pagamento da primeira contribuição.
- 33** Qualquer irregularidade na arrecadação, na concessão de benefícios ou no funcionamento da mútua ensejará a intervenção do CONFEA, para restabelecer a normalidade, ou do ministro do Trabalho, quando se fizer necessária.
- 34** O CONFEA e os CREAs responderão, na proporção de sua culpa e responsabilidade, pelo déficit ou pela dívida da mútua, na hipótese de sua insolvência.
- 35** De toda e qualquer decisão do CONFEA referente à organização, administração e fiscalização da mútua caberá recurso, com efeito suspensivo, ao ministro do Trabalho.

Conforme a Lei n.º 5.194/1966, julgue os itens de **36 a 45**, acerca da regulação do exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo.

- 36** No Brasil, o exercício da profissão de engenheiro, arquiteto ou engenheiro agrônomo é assegurado, exclusivamente, àqueles que possuam, devidamente registrado, diploma de faculdade ou escola superior de engenharia, arquitetura ou agronomia, oficial ou reconhecida, em funcionamento no território nacional.

- 37** Só poderá ter, em sua denominação, as palavras engenharia, arquitetura ou agronomia a firma comercial ou industrial cuja diretoria for composta, em sua maioria, de profissionais registrados nos Conselhos Regionais.
- 38** Os Conselhos Regionais organizarão e manterão atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação de suas características.
- 39** Os estudos, as plantas, os projetos, os laudos e qualquer outro trabalho de engenharia, de arquitetura e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico, quando seus autores forem profissionais regularmente habilitados.
- 40** São anuláveis, mediante iniciativa do Conselho Federal, os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia, da arquitetura ou da agronomia, inclusive elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade.
- 41** Os direitos de autoria de um plano ou projeto de engenharia, arquitetura ou agronomia, respeitadas as relações contratuais expressas entre o autor e outros interessados, são do profissional que os elaborar.
- 42** Quando a concepção geral que caracteriza um plano, ou projeto, for elaborada em conjunto por profissionais legalmente habilitados, apenas aquele indicado como líder será considerado o autor do projeto, com os direitos e os deveres correspondentes.
- 43** Ao autor do projeto, desde que pessoalmente e sem a intermediação de prepostos, é assegurado o direito de acompanhar a execução da obra, de modo a garantir sua realização de acordo com as condições, as especificações e os demais pormenores técnicos nele estabelecidos.
- 44** Os CREAs são órgãos de fiscalização do exercício das profissões de engenharia, arquitetura e agronomia, em suas regiões.
- 45** Aos Conselhos Regionais é vedado destinar parte de sua renda líquida, proveniente da arrecadação das multas, a medidas que objetivem o aperfeiçoamento técnico e cultural do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo.

Com base na Resolução CONFEA n.º 1.090/2017, julgue os itens de **46 a 55**, a respeito do cancelamento de registro profissional por má conduta pública, escândalo ou crime infamante.

- 46** Considera-se má conduta pública a atuação incorreta, irregular, que atente contra as normas legais ou que fira a moral quando do exercício profissional.
- 47** É tido como escândalo aquilo que, quando fora do exercício profissional, perturbe a sensibilidade do homem comum pelo desprezo às convenções ou à moral vigente ou que cause indignação provocada por mau exemplo, por má conduta pública ou por ação vergonhosa, leviana, indecente ou que constitua acontecimento imoral ou revoltante que abale a opinião pública.

- 48** Crime infamante é aquele que acarreta desonra, indignidade e infâmia a seu autor ou que esteja definido na legislação penal como hediondo.
- 49** O uso das prerrogativas de cargo, emprego ou função pública ou privada para obter vantagens indevidas para si ou para outrem, embora constitua ilícito penal, não é considerado situação passível de cancelamento do registro profissional.
- 50** O enquadramento de infração por crime considerado infamante dependerá da apresentação da decisão criminal transitada em julgado.
- 51** O processo de cancelamento de registro profissional será instaurado pelo Ministério Público, a partir de denúncia ou por iniciativa própria e será conduzido em caráter prioritário.
- 52** O profissional que tiver seu registro cancelado por má conduta pública, escândalo ou crime infamante poderá requerer sua reabilitação, mediante novo registro, decorridos, no mínimo, dez anos da data do trânsito em julgado da decisão administrativa que ensejou seu cancelamento.
- 53** O profissional que tiver concedida sua solicitação de reabilitação receberá novo registro, com nova numeração, devendo o acervo técnico constante de seu registro anterior ser transferido para o novo registro.
- 54** Rejeitada a documentação comprobatória da reabilitação do profissional, o requerimento será arquivado.
- 55** Após um ano da data do trânsito em julgado da decisão que indeferiu sua reabilitação profissional, o interessado poderá protocolar novo requerimento para reabilitação.

Com base na Resolução CONFEA n.º 1.137/2023, julgue os itens de **56** a **65**, acerca da ART, do acervo técnico-profissional e do acervo operacional.

- 56** É facultado ao profissional requerer o registro de atestado fornecido por pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, contratante com o objetivo de instruir o processo de emissão de certidão de acervo técnico (CAT) e de fazer prova de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos.
- 57** O atestado é a declaração fornecida pelo contratante da obra ou do serviço, pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, que atesta a execução de obra ou a prestação de serviço, sem identificar seus elementos quantitativos e qualitativos.
- 58** As informações acerca da execução da obra ou da prestação de serviço, bem como os dados técnicos qualitativos e quantitativos do atestado, devem ser declaradas por um profissional que possua competência técnica e habilitação nas profissões abrangidas pelo Sistema CONFEA/CREA.
- 59** O atestado que referenciar serviços que foram parcialmente concluídos deve explicitar o período de execução, mas sem indicar as etapas executadas.

- 60** O atestado que referenciar serviços subcontratados ou subempregados deve estar acompanhado de documentos hábeis que comprovem sua efetiva contratação, sendo dispensável declaração do responsável técnico principal ou dos representantes das partes contratantes da subcontratação ou da subempregada, da efetiva participação do profissional e(ou) da empresa subcontratada na obra ou no serviço.
- 61** No caso de obra ou de serviços próprios, o atestado deve estar acompanhado de documento público que comprove a conclusão da obra ou do serviço expedido pelo próprio interessado.
- 62** O acervo técnico-profissional é o conjunto das atividades desenvolvidas ao longo da vida do profissional compatíveis com suas atribuições e registradas no CREA por meio de anotações de responsabilidade técnica.
- 63** O acervo operacional de pessoas jurídicas é o conjunto das atividades desenvolvidas pela empresa, a partir do registro no CREA, por meio das anotações de responsabilidade técnica comprovadamente emitidas por profissional pertencente ao quadro técnico ou contratado para aquelas atividades.
- 64** A ART relativa à execução de obra ou à prestação de serviço deve ser registrada antes do início da respectiva atividade técnica, de acordo com as informações constantes do contrato firmado entre as partes.
- 65** A ART registrada em duplicidade não será cancelada, mas ela deverá ter indicação da multiplicidade de registros.

A respeito dos sistemas de gestão da qualidade, julgue os itens de **66** a **70**.

- 66** O sistema de gestão da qualidade deve gerenciar a interação de processos e recursos necessários para agregar valor e entregar resultados às partes interessadas.
- 67** Na implantação de sistema de gestão de qualidade, devem-se considerar os fatores internos que influenciam a organização, tais como o legal, o tecnológico, o competitivo e o mercadológico.
- 68** Na visão de um sistema de gestão da qualidade, o conceito de partes interessadas deve estender-se além do foco exclusivamente no cliente.
- 69** A aplicação da abordagem por processo em um sistema de gestão da qualidade propicia o entendimento e a consistência no atendimento a requisitos, e não a busca de valor agregado aos produtos e aos serviços ofertados.
- 70** O sistema de gestão da qualidade deve prover os meios para identificar as ações, com a finalidade de tratar as consequências pretendidas ou não na provisão de produtos e serviços.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da evolução da Administração Pública no Brasil, julgue os itens de **71 a 74**.

- 71** A denominada administração pública patrimonial caracterizava-se por ser representada pela classe burguesa, que se intercalava no poder, em um movimento conhecido como política do café com leite.
- 72** Entre os objetivos originários do departamento administrativo do serviço público (DASP), residiam a descentralização da Administração Pública federal e a criação de uma política de gestão de recursos humanos.
- 73** Em 1956, foi criada a Comissão de Simplificação da Burocracia (COSB), cujo objetivo era descomplicar as normas e as rotinas administrativas, visando ao funcionamento racional das repartições públicas federais.
- 74** Com o advento da Carta Magna de 1988, é correto afirmar que houve progresso na Administração Pública brasileira, com a facilidade de criação e de extinção de órgãos públicos.

Quanto ao planejamento estratégico organizacional, julgue os itens de **75 a 78**.

- 75** A declaração “ser referência nacional nos serviços prestados e na fiscalização proativa da atividade profissional” pode ser entendida como a missão do CREA-GO.
- 76** A falta de interesse dos profissionais registrados no CREA-GO em conhecer o *modus operandi* de seu próprio conselho de classe constitui um exemplo de fraqueza organizacional.
- 77** O envolvimento dos colaboradores e dos conselheiros nas ações desenvolvidas e a política de retenção e de valorização dos colaboradores do CREA-GO são exemplos de forças competitivas da organização.
- 78** Os benefícios advindos da expansão do mercado de construção civil e da concretização de alianças estratégicas com parceiros importantes são exemplos de oportunidades organizacionais a serem aproveitadas pelo CREA-GO.

A respeito da motivação e da liderança organizacional, julgue os itens de **79 a 82**.

- 79** A liderança liberal caracteriza-se pela descentralização da autoridade, em que os subordinados participam das decisões, sendo informados a respeito das condições que afetam seu trabalho e encorajados a expor suas ideias.
- 80** Um colaborador perceber-se-á mais motivado a realizar uma tarefa, caso ele acredite que isso lhe proporcionará o contentamento de uma necessidade particular.

- 81** Enquanto a realização constitui um impulso para superar desafios, avançar e crescer, o poder é um impulso, primordial para se realizar um trabalho de alta qualidade.
- 82** Entre as funções da liderança, está a de adequar, que se associa à necessidade de aproveitar e desenvolver as habilidades de cada colaborador, buscando a sinergia da equipe.

No que diz respeito às estruturas organizacionais, julgue os itens de **83 a 86**.

- 83** Uma das vantagens da organização funcional consiste na maior facilidade de adaptação das capacidades e das aptidões dos colaboradores à função.
- 84** Uma das vantagens da departamentalização por funções é que ela proporciona o agrupamento de vários especialistas sob a égide de uma única chefia.
- 85** Na estrutura organizacional, o sistema de responsabilidades está associado ao direito formal e legítimo de tomar decisões, dar ordens e alocar recursos para alcançar objetivos organizacionais almejados.
- 86** A organização informal consiste na divisão racional do trabalho, na diferenciação e na integração de seus departamentos, retratada por meio de organograma.

Com relação ao controle administrativo, julgue os itens de **87 a 90**.

- 87** Como função administrativa, o controle deve consistir, no mínimo, de objetivo, sistemas de medição, comparação e correção.
- 88** As finalidades dos controles administrativos encerram-se em padronizar o desempenho e proteger os bens organizacionais.
- 89** Os denominados controles de direção são aqueles que procuram identificar os desvios durante a execução das tarefas, de forma que eventuais correções possam ser realizadas a tempo.
- 90** Na medição de desempenho organizacional, o aspecto da eficácia está relacionado ao alcance de resultados com o uso mínimo de recursos.

Considerando a gestão de pessoas, julgue os itens de **91 a 94**.

- 91** Entre os objetivos contemporâneos da área de gestão de pessoas, podem-se citar: aumentar a autorrealização e a satisfação dos colaboradores no trabalho; e auxiliar na administração das mudanças organizacionais necessárias.
- 92** A agregação de novas experiências e conhecimentos à organização, bem como a renovação da equipe de trabalho, constituem vantagens do recrutamento externo.
- 93** A descrição de cargos enrijecida desestimula a multifuncionalidade e a visão sistêmica e impede a geração de desvios de função.
- 94** Na avaliação de desempenho, a recenticidade ocorre quando o avaliador não quer caracterizar as ações como ótimas ou péssimas, considerando o desempenho do colaborador sempre nos pontos médios da escala de avaliação.

Quanto à gestão de processos, julgue os itens de **95 a 98**.

- 95** O macroprocesso é um conjunto de atividades inter-relacionadas ou interativas que transforma insumos em serviços ou produtos.
- 96** Na transição da gestão tradicional à gestão por processos, devem ocorrer a definição das responsabilidades pelo andamento dos processos e a minimização do agrupamento de atividades conexas.
- 97** A representação do processo por meio de fluxograma proporciona a visão integrada do processo de trabalho, bem como a visualização de seus detalhes críticos.
- 98** Suponha-se que, em uma análise de processos parados, em quantidade de dias, devido a não conformidades, constatou-se o seguinte conjunto de dados: 15 – 18 – 20 – 18 – 18 – 20 – 22 – 15 – 18. Nesse caso, é correto afirmar que a moda desse rol de dados é igual a 18.

Com base na Lei n.º 9.784/1999, que trata de processo administrativo, julgue os itens de **99 a 102**.

- 99** Para fins da Lei do Processo Administrativo, a autoridade é entendida apenas como o servidor dotado de poder de decisão.
- 100** Nos processos administrativos, devem ser observados, entre outros, os critérios de atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- 101** O administrado, perante a Administração, tem o direito de formular alegações e apresentar documentos, porém não antes da decisão no processo administrativo.
- 102** As intimações devem ser nulas, quando realizadas sem observância das prescrições legais. Contudo, o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

No que concerne ao orçamento público, julgue os itens de **103 a 106**.

- 103** Na visão formal do princípio do equilíbrio orçamentário, preceitua-se que o total de despesas deve ser igual ao total das receitas na lei orçamentária anual.
- 104** A lei orçamentária anual deve ser composta somente do orçamento fiscal e da seguridade social.
- 105** A liquidação de despesa pública consiste na verificação do direito adquirido pelo credor, tendo por base os títulos e os documentos comprobatórios do crédito correspondente.
- 106** No Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), a nota de dotação é um documento utilizado para registrar as movimentações interna e externa de créditos e suas anulações.

Considerando a Lei n.º 14.133/2021, que diz respeito às licitações públicas, julgue os itens de **107 a 110**.

- 107** Diferentemente dos projetos básicos e dos projetos executivos, os estudos técnicos e os planejamentos não se enquadram como serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

- 108** A contratação por tarefa é o regime de contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, sempre com fornecimento de materiais.
- 109** O Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores (SICAF) contém os registros dos licitantes, tais como a regularidade fiscal e a qualificação econômico-financeira, bem como as sanções aplicadas concernentes ao impedimento para contratar com o poder público.
- 110** Nos contratos administrativos de obras e serviços de engenharia, sempre que compatível com o regime de execução, a medição dos serviços executados deve ser mensal.

Com relação à ética no setor público, julgue os itens de **111 a 115**.

- 111** Ao basear suas ações e decisões exclusivamente na legalidade, o empregado público age com adequada conduta ética no exercício profissional.
- 112** O decore do empregado público abarca não apenas a retidão de uma ação, mas também a percepção que a sociedade tem dessa ação como sendo correta.
- 113** As denominadas regras de conduta constitutivas são aquelas que proíbem ou ordenam, presumindo que o empregado público saiba fazer o que se ordena e que ele conheça as condutas proibidas.
- 114** O uso da civilidade na prestação dos serviços públicos propicia a abertura para acomodar diferenças, bem como auxilia na construção do espírito cooperativo.
- 115** O código de ética da organização pública deve ser um instrumento voltado para a resolução de conflitos morais, bem como deve ser um instrumento repressivo e disciplinador.

De acordo com a Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações, julgue os itens de **116 a 120**, a respeito das sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa.

- 116** Sujeitam-se às sanções da Lei de Improbidade Administrativa os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada que receba benefício ou incentivo fiscal de entes governamentais.
- 117** As disposições da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicam àquele que, mesmo não sendo agente público, concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- 118** Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos deve representar ao Ministério Público competente, para as providências cabíveis.
- 119** Apenas os agentes públicos podem representar à autoridade administrativa competente, para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.
- 120** O herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilícitamente estará sujeito apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de texto definitivo** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de texto definitivo**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de texto definitivo** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de texto definitivo** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

QUESTÃO 1

A declaração da política de qualidade do CREA-GO foi assentada como: “regulamentar, fiscalizar e orientar o exercício e as atividades profissionais, realizando serviços e ações em defesa da sociedade, com eficácia e que atendam às necessidades dos clientes e aos requisitos aplicáveis, visando à valorização profissional e à melhoria contínua do Sistema de Gestão da Qualidade”.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. **Relatório de gestão 2022**. Goiânia: CREA-GO, 2022.

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Gestão da qualidade no serviço público

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) etapas do ciclo PDCA;
- b) finalidade de aplicação do ciclo PDCA na prestação dos serviços públicos; e
- c) conceito de *benchmarking*.

QUESTÃO 2

De acordo com o relatório de gestão do CREA-GO, de 2022, no ano passado, foram estabelecidas e distribuídas trinta e uma metas para todo o CREA-GO, em suas diversas áreas administrativas, cuja medição foi trimestral, semestral ou anual. O objetivo das metas é mensurar o desempenho de atividades estratégicas e que podem impactar diretamente na missão do Conselho Regional e na forma pela qual a autarquia é reconhecida pela sociedade.

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás. **Relatório de Gestão 2022**. Goiânia: CREA-GO, 2022 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Gestão de projetos no serviço público

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) cinco etapas do ciclo de vida tradicional de um projeto;
- b) gestão de escopo de um projeto; e
- c) três benefícios da gestão de projetos para a Administração Pública.